



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

Departamento de Licitação e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

PROCESSO SEI Nº 3512100.407.00000404/2026-12

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de assistência odontológica, por meio de plano odontológico, com fundamento no Art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.518/2021.

VALOR ESTIMADO MERAMENTE REFERENCIAL, VARIÁVEL CONFORME ADESÕES: R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil, e quatrocentos reais)

REALIZADO NO PORTAL - LICITANET <https://licitanet.com.br/>

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2026

PROCESSO SEI Nº 3512100.407.00000404/2026-12

PREÂMBULO:

Torna -se público que o Município de Colômbia, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Jose da Mata, nº 668, na Cidade de Colômbia, Estado de São Paulo, procedimento de credenciamento, na modalidade **CREDENCIAMENTO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Processo com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.236, de fevereiro de 2024, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

Link para acesso ao Decreto Municipal nº.2.236/2024: Diário Oficial do Município - Colômbia - Edição 868 (colombia.sp.gov.br)

DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA OFERECIMENTO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PARA SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, DEPENDENTES E PENSIONISTAS DA PREFEITURA DE COLÔMBIA, em regime de livre adesão e contratação pelos beneficiários, conforme especificações e condições detalhadas neste documento e em seus anexos.

1.2. Natureza do serviço: Serviço de prestação contínua.

1.3. Quantitativos: estimados em 580 usuários.

1.4. O regime será de **livre adesão**, sendo facultada ao beneficiário a escolha da operadora credenciada.

1.5. O presente credenciamento fundamenta-se: Lei nº 14.133/2021 (arts. 74 e 79, II); Lei Municipal nº 1.518/2021; Decreto Municipal nº 2.407/2026 e Demais normas aplicáveis.

DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.1. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. Não poderão participar do credenciamento:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.3. O impedimento de que trata o item “b” será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 2.4. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.5. A vedação de que trata o item “d” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

- 3.1. Os interessados deverão estar previamente cadastrados no PORTAL <https://licitanet.com.br/> e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico, o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens ou para a prestação dos serviços, com as seguintes informações.
- 3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.
- 3.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 3.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.5. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração eletrônica que:
- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 3.7. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.9. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO VALOR E CONDIÇÕES ECONÔMICAS

- 5.1. O valor do plano será **per capita**, por beneficiário.
- 5.2. O valor mensal por beneficiário não poderá ultrapassar **R\$ 15,00 (quinze reais)**.
- 5.3. O valor total da contratação será **variável**, conforme número de adesões.
- 5.4. Não há garantia de demanda mínima.

DA HABILITAÇÃO

6.1. Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas que atenderem integralmente às condições de habilitação e aos requisitos técnicos estabelecidos no Edital de Credenciamento, não havendo disputa ou critério de julgamento de propostas.

6.2. Requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- g) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.3. Requisitos de Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de registro e regularidade da operadora de plano de saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a interessada presta ou prestou serviços compatíveis em características com o objeto deste credenciamento.
- c) Relação dos estabelecimentos credenciados, bem como seus endereços, e relação das unidades para realização de exames e demais serviços complementares;
- d) Relação dos dentistas credenciados;
- e) Relação das unidades de pronto atendimento e em caráter de urgência/emergência;
- f) As propostas de Plano de Assistência Odontológica e a minuta do Contrato que será firmado com o usuário que deverá ser na modalidade coletivo empresarial, as propostas devem ser devidamente identificadas e assinadas (podendo ser assinatura digital desde que cumpram as normas regulamentadoras do ICP-Brasil);
- g) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que todos os estabelecimentos prestadores de serviço odontológicos possuem Alvará Sanitário atualizado;

6.4. O órgão credenciante terá o prazo de até 05 (Cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

6.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

DOS RECURSOS

- 7.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
- 7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
 - a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
 - b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
- 7.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio exclusivamente da plataforma <https://licitanet.com.br/>

7.5. O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

7.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

f) fraudar o credenciamento;

6.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes os danos que dela provierem para a Administração Pública

d) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

a) Para as infrações previstas nos itens 6.1, “a”, “b”, “c”, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

b) Para as infrações previstas nos itens 6.1, “d”, “e” e “f”, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

6.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1, “a”, “b”, “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1 que justifiquem a imposição

de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

6.10. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

6.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Diário Oficial do Município.

DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP e no Diário Oficial do Município.

DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta a regularidade Fiscal e Trabalhista do credenciado, bem como em cadastros próprios para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.7. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.

10.1. A escolha da credenciada será do beneficiário, em atenção ao Art. 79, II da Lei n. 14.133/2021 e Termo de Referência.

10.2. Fase de Oferta e Adesão: As empresas credenciadas estarão aptas a ofertar seus planos aos servidores, que farão a adesão de forma facultativa e direta junto à operadora de sua escolha.

10.3. Fase de Execução: A empresa credenciada prestará os serviços odontológicos aos seus beneficiários, e a Prefeitura Municipal de Colômbia efetuará o repasse dos valores correspondentes às mensalidades, mediante desconto em folha de pagamento dos servidores aderentes

DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

11.1 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4 Será realizado o descredenciamento quando houver:

- a) pedido formalizado pelo credenciado;
- b) perda das condições de habilitação do credenciado;
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item “a” não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

11.6. Nas hipóteses previstas nos subitens “b” e “c”, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1. O presente edital terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, podendo haver novos credenciamentos ao longo desse prazo, ou sujeito a prorrogação contratual conforme a Lei n. 14.133/2021.

DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>

13.5. Os recursos relativos à contratação que poderão advir deste credenciamento serão pagos pelos recursos de diversas origens da Secretaria Municipal de Educação, devendo, entretanto, ser pagos com recursos próprios os descontos previstos em Lei, conforme abaixo:

FICHA n. 026 - 02.01 - Gabinete do Prefeito e Dependências - 3.3.90.39.00

FICHA n. 045 - 02.02 - Administração, finanças e suprimentos - 3.3.90.39.00

FICHA n. 083 - 106 - 128 - 02.04 - Secretaria Municipal de Educação - 3.3.90.39.00

FICHA n. 222 - 02.06 - Serviços Educacionais - 3.3.90.39.00

FICHA n. 254 - 02.07 - Educação física e desporto - 3.3.90.39.00

FICHA n. 292 - 327 - 373 - 399 - 02.09 - Secretaria Municipal de Saúde - 3.3.90.39.00

FICHA n. 472 - 493 - 501 - 02.10 - Secretaria Municipal de Assistência Social - 3.3.90.39.00

FICHA n. 537 - 02.11 - Obras e serviços municipais - 3.3.90.39.00

FICHA n. 572 - 585 - 02.14 - Agricultura e meio ambiente - 3.3.90.39.00

FICHA n. 607 - 621 - 02.17 - Cultura, lazer e turismo - 3.3.90.39.00

13.6. Para dirimir toda e qualquer questão que derivar do Contrato decorrente deste Edital de Chamada Pública, fica eleito o foro de Barretos/SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.7 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Decreto Municipal;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Modelo de Ficha de inscrição;

Anexo IV – Declaração Unificada;

Anexo V - Minuta do Contrato;

Colômbia, na data da assinatura digital.

JULIO CESAR DOS SANTOS
ORDENADOR DE DESPESAS

ANEXO I - DECRETO Nº 2.407, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Regulamenta a Lei nº 1.518 de 21 de dezembro de 2021, que trata do auxílio odontológico concedido aos servidores públicos municipais.

Julio Cesar dos Santos, **Prefeito do Município de Colômbia**, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando a necessária adequação e regulamentação da Lei nº 1.518 de 21 de dezembro de 2021, que autorizou a concessão de auxílio odontológico aos servidores públicos municipais;

Decreta

Art. 1º Fica estabelecido o valor máximo de R\$ 15,00 para custear auxílio-odontológico para os servidores públicos municipais, compreendidos os efetivos, comissionados, pensionistas, inativos e estagiários, que será realizado através de empresas e clínicas especializadas devidamente credenciadas junto a Prefeitura Municipal de Colômbia.

Art. 2º O servidor público municipal poderá incluir seus dependentes em seu plano odontológico, sendo responsável integralmente pelo seu custeio.

Parágrafo único. A inclusão de dependentes no plano odontológico credenciado, dependerá de prévio ajuste com a empresa ou clínica credenciada, não havendo nenhuma participação ou responsabilidade por parte da Prefeitura.

Art. 3º O tratamento a ser ofertado no plano odontológico deverá incluir, no mínimo:

I - Ortodontia Corretiva (Aparelhos fixos); Ortodontia Móvel; Ortodontia de Maxilares;

II - Dentística Restauradora: Consultas e exame clínico; restaurações em amálgama, resina fotopolimerizável em dentes anteriores e posteriores;

III - Prevenção: Aplicação tópica de flúor, raspagem de placa bacteriana, profilaxia, selante, controle de sensibilidade dental, análise de dentição mista e cárie, raios x perapical, raspagem gengival simples;

IV - Remoção ou preparo de núcleo intra canal e radicular, pulpotomia e pulpectomia;

V - Emergência: Drenagem de abscessos intra e extra oral, tratamento de abscesso periodontal, tratamento de hemorragia dentária e odontalgia;

VI - Cirurgia Básica: Extração de dentes deciduos, tratamento de alveolite, curativo pós operatórios, extração de dentes permanentes (exceto 3º molar), extração de raízes radiculares, aparelhos ortodônticos (instalação gratuita, pagamento somente das mensalidades de manutenção).

Art. 4º Após o devido credenciamento, as empresas ou clínicas habilitadas ficam responsáveis por apresentar o plano, condições e demais informações aos servidores antes de efetuar o seu cadastro.

Art. 5º Ao final de cada período de 30 (trinta) dias, a empresa ou clínica credenciada emitirá nota fiscal com a relação de servidores cadastrados junto a Secretaria Municipal de Administração, informando número de conta para pagamento em até 10 (dez) dias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colômbia, na data da assinatura digital.

ANEXO II - TERMO DE REFERENCIA

I – IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES INICIAIS

1.1 Órgão:	Prefeitura Municipal de Colômbia/SP
1.2 Unidade Requisitante:	Secretaria Municipal de Administração
1.3 Processo Administrativo nº:	3512100.407.00000404/2026-12
1.4 Data de Emissão:	13/03/2026
1.5 Fonte de Recursos:	Recursos próprios – Dotação Orçamentária a ser indicada
1.6 Modalidade de Licitação:	Inexigibilidade de Licitação (Credenciamento)

II - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA OFERECIMENTO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PARA SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, DEPENDENTES E PENSIONISTAS DA PREFEITURA DE COLÔMBIA, em regime de livre adesão e contratação pelos beneficiários, conforme especificações e condições detalhadas neste documento e em seus anexos.

2.2. Natureza do serviço: Serviço de prestação contínua.

2.3. Quantitativos: estimados em 580 usuários.

2.4. Prazo de vigência: O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Acordo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, limitado a 60 (sessenta) meses.

III - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial seu Art. 74, caput, e Art. 79, inciso II;
- b) Lei Municipal nº 1.518, de 21 de dezembro de 2021;
- c) Decreto Municipal nº 2.407, de 2026;
- d) Súmulas e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) aplicáveis à matéria.

IV - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A contratação visa atender à necessidade de proporcionar aos servidores públicos municipais ativos e inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas, o acesso a um plano de assistência odontológica, como forma de valorização do servidor e promoção da saúde, em conformidade com a autorização concedida pela Lei Municipal nº 1.518/2021.

4.2. A solução via credenciamento, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta este Termo, mostra-se a mais vantajosa, pois viabiliza a contratação de todas as empresas que atendam aos requisitos mínimos, sem restrição de competição, permitindo que os próprios servidores escolham, dentre as credenciadas, a que melhor lhes convier. Tal modelo fomenta a competitividade e a qualidade, além de se alinhar à inviabilidade de competição para a escolha de um único fornecedor, dado o caráter pessoal da escolha do plano de saúde.

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução consiste em um sistema de credenciamento aberto e permanente, durante a vigência do edital, para que pessoas jurídicas especializadas na administração e prestação de serviços de assistência odontológica possam se habilitar a oferecer seus

planos aos servidores municipais.

5.2. O ciclo da contratação compreende as seguintes fases:

- a) **Fase de Habilitação:** As empresas interessadas apresentarão a documentação exigida no edital de credenciamento a qualquer tempo, enquanto vigente o instrumento convocatório.
- b) **Fase de Credenciamento:** A Administração analisará a documentação e, estando em conformidade, credenciará a empresa, publicando o ato e firmando o respectivo Termo de Acordo.
- c) **Fase de Oferta e Adesão:** As empresas credenciadas estarão aptas a ofertar seus planos aos servidores, que farão a adesão de forma facultativa e direta junto à operadora de sua escolha.
- d) **Fase de Execução:** A empresa credenciada prestará os serviços odontológicos aos seus beneficiários, e a Prefeitura Municipal de Colômbia efetuará o repasse dos valores correspondentes às mensalidades, mediante desconto em folha de pagamento dos servidores aderentes.

VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A empresa a ser credenciada deverá ofertar um Plano de Assistência Odontológica que compreenda, no mínimo, os seguintes tratamentos, conforme disposto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 2.096/2022:

I - **Ortodontia:** Corretiva (Aparelhos fixos), Móvel e de Maxilares. A instalação dos aparelhos ortodônticos deverá ser gratuita, com cobrança apenas das mensalidades de manutenção;

II - **Dentística Restauradora:** Consultas e exame clínico; restaurações em amálgama e resina fotopolimerizável em dentes anteriores e posteriores;

III - **Prevenção:** Aplicação tópica de flúor, raspagem de placa bacteriana, profilaxia, selante, controle de sensibilidade dental, análise de dentição mista e cárie, raios-x periapical, raspagem gengival simples;

IV - **Emergência:** Drenagem de abscessos intra e extraoral, tratamento de abscesso periodontal, tratamento de hemorragia dentária e odontalgia;

V - **Cirurgia Básica:** Extração de dentes decíduos, tratamento de alveolite, curativo pós-operatório, extração de dentes permanentes (exceto 3º molar), extração de raízes radiculares.

6.2. **Beneficiários:** Serão considerados beneficiários os servidores públicos municipais (efetivos, comissionados), inativos, pensionistas, estagiários e seus dependentes legais.

6.3. **Inclusão, Exclusão e Carências:**

a) A inclusão e a exclusão de beneficiários (titulares e dependentes) serão facultativas e realizadas mediante solicitação direta do servidor ou pensionista à credenciada.

b) Não poderá ser exigida qualquer carência ou Cobertura Parcial Temporária (CPT) para as inclusões efetuadas em até 60 (sessenta) dias, contados da data de implantação do Termo de Acordo.

c) Os dependentes do beneficiário titular, incluídos em até 60 (sessenta) dias a partir da data do fato gerador da dependência (nascimento, casamento, etc.), serão isentos de carência.

6.4. A credenciada deverá possuir registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e manter rede de atendimento compatível com as necessidades dos beneficiários no Município de Colômbia/SP.

VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A prestação dos serviços terá início a partir da assinatura do Termo de Acordo entre a Prefeitura Municipal de Colômbia e a empresa credenciada.

7.2. A credenciada deverá disponibilizar canais de atendimento (telefônico, eletrônico e/ou presencial) para que os servidores possam realizar a adesão, tirar dúvidas, solicitar inclusões/exclusões e obter informações sobre a rede credenciada.

7.3. A credenciada deverá encaminhar mensalmente à Secretaria Municipal de Administração a relação de todos os servidores e dependentes que aderiram ao plano, para fins de processamento do desconto em folha de pagamento.

7.4. Apresentar aos Beneficiários da Prefeitura de Colômbia sua estrutura, know-how e atrativos para o livre convencimento do servidor na escolha da credenciada.

7.5. Deverá possuir a facilidade de central de atendimento para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

7.6. Negociar, defendendo os interesses dos beneficiários, junto às operadoras contratadas, os aspectos operacionais para a prestação dos serviços de assistência odontológica, aplicação de mecanismos de regulação estabelecidos pelas operadoras dos planos odontológicos e reajuste das mensalidades dos planos.

7.7. Realizar a divulgação e a comercialização dos planos de assistência odontológica junto aos beneficiários da Prefeitura de Colômbia.

7.8. Orientar os beneficiários a respeito do Termo de Referência e Termo de Acordo específico.

7.9. Exigir dos beneficiários documentos que comprovem seu vínculo junto à Prefeitura de Colômbia e dos dependentes, comprovantes de sua dependência.

- 7.10. Efetivar a movimentação cadastral, mediante a implantação, inclusão e exclusão de beneficiários.
- 7.11. Assegurar aos beneficiários a prestação do serviço, e na superveniência de fatos imprevisíveis, envidar esforços para evitar a descontinuidade do atendimento aos usuários.
- 7.12. Efetivar a cobrança dos planos de assistência odontológica, por conta e ordem dos beneficiários, na forma especificada na Proposta de Adesão dos Beneficiários, e responsabilizar-se pelo pagamento dos serviços no que tange aos dependentes e tratamentos fora do contratado pela Prefeitura Municipal.
- 7.13. Informar aos beneficiários sempre que houver reajuste e/ou modificação dos valores dos planos disponibilizados pelas operadoras de plano odontológicos credenciados.
- 7.14. Disponibilizar atendimento ao beneficiário sempre que solicitado;
- 7.15. Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente ao que se refere à atualização de documentos e as condições exigidas por ocasião da realização de inspeções.
- 7.16. Comunicar o gestor deste instrumento, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços.
- 7.17. É vedado à Credenciada transferir a terceiros total ou parcialmente a estipulação de planos decorrente do objeto do Termo de Acordo, celebrado junto à Prefeitura de Colômbia.
- 7.18. Possuir estabelecimento próprio para atendimento no âmbito da área geográfica do município de Colômbia.

VIII - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão e fiscalização da execução do Termo de Acordo ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Administração, que designará os seguintes responsáveis:

- a) **Gestor do Contrato:** Lidiane Batista Brandino, responsável pelos atos de coordenação e comando da fiscalização.
- b) **Fiscal do Contrato:** Alan William Caetano, ou servidor por ele formalmente designado, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução do acordo, em seus aspectos técnicos e administrativos, conforme o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Compete ao fiscal do contrato:

- a) Acompanhar a prestação dos serviços para verificar a conformidade com os requisitos mínimos de cobertura estabelecidos.
- b) Receber e atestar as notas fiscais, conferindo a relação de beneficiários com os registros da Administração.
- c) Receber e encaminhar eventuais reclamações dos servidores sobre a qualidade dos serviços prestados.
- d) Elaborar relatórios de acompanhamento da execução do acordo.

IX - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. A medição dos serviços será mensal, com base na quantidade de beneficiários (titulares e dependentes) efetivamente cadastrados no plano no mês de competência.
- 9.2. O pagamento será realizado mediante a apresentação de nota fiscal pela credenciada, a ser entregue na Secretaria Municipal de Administração ao final de cada período de 30 (trinta) dias. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório detalhado contendo a relação nominal dos beneficiários ativos e os respectivos valores.
- 9.3. O recebimento do serviço e o atesto da nota fiscal serão realizados pelo fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da conformidade dos documentos e da lista de beneficiários.
- 9.4. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Colômbia em até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

X - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. A seleção será realizada por meio de Credenciamento, com base no Art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo inexigível a licitação por inviabilidade de competição.
- 10.2. Serão credenciadas todas as pessoas jurídicas que atenderem integralmente às condições de habilitação e aos requisitos técnicos estabelecidos no Edital de Credenciamento, não havendo disputa ou critério de julgamento de propostas.
- 10.3. **Requisitos de Habilitação Jurídica, Fiscal e Trabalhista:**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado;

- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- g) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4. Requisitos de Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de registro e regularidade da operadora de plano de saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- b) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a interessada presta ou prestou serviços compatíveis em características com o objeto deste credenciamento.
- c) Relação dos estabelecimentos credenciados, bem como seus endereços, e relação das unidades para realização de exames e demais serviços complementares;
- d) Relação dos dentistas credenciados;
- e) Relação das unidades de pronto atendimento e em caráter de urgência/emergência;
- f) As propostas de Plano de Assistência Odontológica e a minuta do Contrato que será firmado com o usuário que deverá ser na modalidade coletivo empresarial, as propostas devem ser devidamente identificadas e assinadas (podendo ser assinatura digital desde que cumpram as normas regulamentadoras do ICP-Brasil);
- g) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, de que todos os estabelecimentos prestadores de serviço odontológicos possuem Alvará Sanitário atualizado;
- h) Os preços da referida proposta deverão ser cotados em preço *per capita*, independente da faixa etária, observado o teto de R\$ 15,00 por servidor.

XI - ESTIMATIVAS DE VALORES E MEMÓRIA DE CÁLCULO

- 11.1. O valor mensal do plano odontológico por beneficiário titular (servidor público) não poderá ser superior a R\$ 15,00 (quinze reais), nos termos do Decreto Municipal nº 2.407/2026.
- 11.2. O valor total estimado do contrato é variável e dependerá do número de adesões, limitados ao número de servidores beneficiários ativos.

XII - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

- 12.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação orçamentária específica a ser consignada no orçamento do Município de Colômbia para o exercício de 2026 e subsequentes.
- 12.2. O cronograma de desembolso será mensal, de acordo com a medição dos serviços efetivamente prestados, conforme o número de adesões em cada mês de competência, não havendo um cronograma físico-financeiro fixo.

Colômbia, na data da assinatura digital.

Alan William Caetano

Secretário Municipal de Administração

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO N.º 36/2025 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

RAZÃO SOCIAL: CNPJ: INSCR. ESTADUAL:

ENDEREÇO: TELEFONE: WhatsApp: E-mail:

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de assistência odontológica, por meio de plano odontológico, com fundamento no Art. 79, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.518/2021.

VALOR TOTAL/GLOBAL DA PROPOSTA: R\$..... (.....)

<u>Item</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vr unitário</u>	<u>Valor total</u>

Nos preços propostos estão inclusos todos os tributos, custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, ISSQN, IRRF se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre a execução do objeto da presente licitação, inclusive o fornecimento de todo o material e mão de obra.

Declaramos que esta proposta, nos termos do Edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, bem como, aceitamos de forma integral e irrevogável os termos do edital.

Local e data

Assinatura e Carimbo de CNPJ

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

(Nome/Razão Social) _____, inscrita no CPF/CNPJ nº _____, com endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Luzerna ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

_____, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura da pessoa física ou do representante legal da empresa

CPF:

ANEXO V - MINUTA CONTRATO Nº 0XX/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0XX/2026 - CREDENCIAMENTO Nº 0XX/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBIA/SP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.381.720/0001-48, com sede administrativa na Rua Antonio Prado, 1161, Centro, Colombia - SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, JULIO CESAR DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº XXXXX e portadora da cédula de identidade RG nº XXXXX, denominada CONTRATANTE e a (EMPRESA), representada por (DADOS DO REPRESENTANTE), portador da cédula de identidade nº XXX e inscrito no CPF/MF sob nº XXXX, denominado CONTRATADO, contratam mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o **credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assistência odontológica**, por meio de plano odontológico, destinado aos servidores ativos e inativos, dependentes e pensionistas do Município de Colômbia/SP, em regime de livre adesão.

1.2. A prestação dos serviços observará integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e proposta da CONTRATADA, que integram este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente Contrato terá vigência de xx/xx/xxxx à xx/xx/xxxx

2.2. O presente Edital de Credenciamento terá vigência até o encerramento do exercício financeiro de 2026, podendo ter sua duração prorrogada, mediante publicação de Termo de Prorrogação, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e com vantagens para a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (Art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução será indireto, por meio de credenciamento, sem exclusividade.

3.2. A contratação caracteriza-se como hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74 e art. 79, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A adesão ao plano será facultativa, realizada diretamente pelos beneficiários junto à CONTRATADA.

3.4. São beneficiários: servidores públicos ativos e inativos; pensionistas; estagiários; dependentes legais.

3.5. A inclusão e exclusão de beneficiários ocorrerá mediante solicitação direta à CONTRATADA.

3.6. Não poderá ser exigida carência para adesões realizadas nos prazos definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE REMUNERAÇÃO

5.1. O valor do plano odontológico será pago **per capita**, por beneficiário aderente.

5.2. O valor mensal por beneficiário titular não poderá ultrapassar o teto de **R\$ 15,00 (quinze reais)**.

5.3. O valor total do contrato é variável, conforme número de adesões, não havendo garantia de quantitativo mínimo.

5.4. Os pagamentos serão realizados mediante: desconto em folha dos beneficiários; e repasse à CONTRATADA pela Administração.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A medição dos serviços será mensal, com base na quantidade de beneficiários (titulares e dependentes) efetivamente cadastrados no plano no mês de competência.

6.2. O pagamento será realizado mediante a apresentação de nota fiscal pela credenciada, a ser entregue na Secretaria Municipal de Administração ao final de cada período de 30 (trinta) dias. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório detalhado contendo a relação nominal dos beneficiários ativos e os respectivos valores.

6.3. O recebimento do serviço e o atesto da nota fiscal serão realizados pelo fiscal do contrato em até 5 (cinco) dias úteis, após a verificação da conformidade dos documentos e da lista de beneficiários.

6.4. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Colômbia em até 30 (trinta) dias corridos, contados do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (Art. 92, V)

7.1. Permitir reajuste desde que previsto pela ANS/operadora, mediante justificativa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A prestação dos serviços terá início a partir da assinatura do Termo de Acordo entre a Prefeitura Municipal de Colômbia e a empresa credenciada.

8.2. A credenciada deverá disponibilizar canais de atendimento (telefônico, eletrônico e/ou presencial) para que os servidores possam realizar a adesão, tirar dúvidas, solicitar inclusões/exclusões e obter informações sobre a rede credenciada.

8.3. A credenciada deverá encaminhar mensalmente à Secretaria Municipal de Administração a relação de todos os servidores e dependentes que aderiram ao plano, para fins de processamento do desconto em folha de pagamento.

8.4. Apresentar aos Beneficiários da Prefeitura de Colômbia sua estrutura, know-how e atrativos para o livre convencimento do servidor na escolha da credenciada.

8.5. Deverá possuir a facilidade de central de atendimento para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

8.6. Negociar, defendendo os interesses dos beneficiários, junto às operadoras contratadas, os aspectos operacionais para a prestação dos serviços de assistência odontológica, aplicação de mecanismos de regulação estabelecidos pelas operadoras dos planos odontológicos e reajuste das mensalidades dos planos.

8.7. Realizar a divulgação e a comercialização dos planos de assistência odontológica junto aos beneficiários da Prefeitura de Colômbia.

8.8. Orientar os beneficiários a respeito do Termo de Referência e Termo de Acordo específico.

8.9. Exigir dos beneficiários documentos que comprovem seu vínculo junto à Prefeitura de Colômbia e dos dependentes, comprovantes de sua dependência.

8.10. Efetivar a movimentação cadastral, mediante a implantação, inclusão e exclusão de beneficiários.

8.11. Assegurar aos beneficiários a prestação do serviço, e na superveniência de fatos imprevisíveis, envidar esforços para evitar a descontinuidade do atendimento aos usuários.

8.12. Efetivar a cobrança dos planos de assistência odontológica, por conta e ordem dos beneficiários, na forma especificada na Proposta de Adesão dos Beneficiários, e responsabilizar-se pelo pagamento dos serviços no que tange aos dependentes e tratamentos fora do contratado pela Prefeitura Municipal.

8.13. Informar aos beneficiários sempre que houver reajuste e/ou modificação dos valores dos planos disponibilizados pelas operadoras de plano odontológicos credenciados.

8.14. Disponibilizar atendimento ao beneficiário sempre que solicitado;

8.15. Manter, enquanto durar o ajuste, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente ao que se refere à atualização de documentos e as condições exigidas por ocasião da realização de inspeções.

8.16. Comunicar o gestor deste instrumento, de forma clara e detalhada, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços.

8.17. É vedado à Credenciada transferir a terceiros total ou parcialmente a estipulação de planos decorrente do objeto do Termo de Acordo, celebrado junto à Prefeitura de Colômbia.

8.18. Possuir estabelecimento próprio para atendimento no âmbito da área geográfica do município de Colômbia.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Compete à CONTRATANTE:

- a) Fiscalizar a execução do contrato;
- b) Efetuar os pagamentos devidos;
- c) Processar os descontos em folha dos beneficiários;
- d) Repassar os valores à CONTRATADA;
- e) Disponibilizar informações necessárias à execução;
- f) Comunicar irregularidades;
- g) Designar gestor e fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, em atenção ao Decreto Municipal nº 2.236/2024, art. 158:

12.2.1. A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

IV - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

V - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Prefeitura Municipal;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Prefeitura Municipal, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório.

IV - 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Prefeitura Municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela fiscalização do contrato ou autoridade superior da Prefeitura Municipal;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

V - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI - 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou do valor estimado da contratação, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

VII - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução parcial definitiva do objeto do contrato.

VIII - 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total do objeto do contrato.

§ 1º Se a recusa em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade julgadora poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 2º Os atos convocatórios e os contratos poderão dispor de outras hipóteses de multa, desde que justificadas pelo respectivo órgão requisitante;

§ 1º O valor final apurado para a sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e poderá ser aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, a unidade gestora da contratação deverá iniciar a instrução da penalidade de multa após o cálculo do valor pelo Gestor de Contratos, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do (s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

FICHA n. 026 - 02.01 - Gabinete do Prefeito e Dependências - 3.3.90.39.00

FICHA n. 045 - 02.02 - Administração, finanças e suprimentos - 3.3.90.39.00

FICHA n. 083 - 106 - 128 - 02.04 - Secretaria Municipal de Educação - 3.3.90.39.00

FICHA n. 222 - 02.06 - Serviços Educacionais - 3.3.90.39.00

FICHA n. 254 - 02.07 - Educação física e desporto - 3.3.90.39.00

FICHA n. 292 - 327 - 373 - 399 - 02.09 - Secretaria Municipal de Saúde - 3.3.90.39.00

FICHA n. 472 - 493 - 501 - 02.10 - Secretaria Municipal de Assistência Social - 3.3.90.39.00

FICHA n. 537 - 02.11 - Obras e serviços municipais - 3.3.90.39.00

FICHA n. 572 - 585 - 02.14 - Agricultura e meio ambiente - 3.3.90.39.00

FICHA n. 607 - 621 - 02.17 - Cultura, lazer e turismo - 3.3.90.39.00

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (Art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça em no município de Barretos do Estado São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Colômbia, na data da sua assinatura digital.

GESTOR:

FISCAL:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratos ou Atos Jurídicos Análogos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colômbia/SP.

CONTRATADA: CONTRATO Nº (DE ORIGEM) :

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Advogado(s): (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando -se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo -nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Colômbia SP, 2026

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E ORDENADOR DE DESPESAS DA
CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal**, em 15/04/2026, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0192075** e o código CRC **1D871939**.